

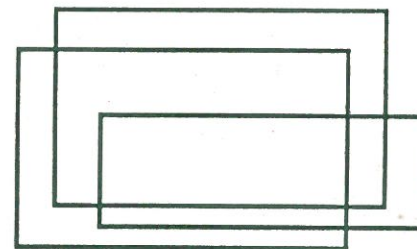
## COLEÇÃO LINGUAGEM

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL  
Serafim da Silva Neto
2. DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA  
Zélio dos Santos Jota
3. TEORIA DA LILNGUAGEM E LINGÜÍSTICA GERAL  
Eugenio Coseriu
4. GRAMÁTICA DA LÍNGUA ROMENA  
Grigore Docrinesco - Encadernado
5. ELEMENTOS PARA UMA ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUESA  
Walmírio Macedo
6. MANUAL DE FILOGIA PORTUGUESA  
Serafim da Silva Neto
7. LINGÜÍSTICA GERAL - Teoria e Descrição  
Bernard Pottier
8. PRINCÍPIOS DE MORFOLOGIA  
Horácio Rolim de Freitas
9. TRADIÇÃO E NOVIDADE NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM  
Eugenio Coseriu
10. MARCUS ET TULLIA - Método da Língua latina/Gramática e Vocabulário  
Roger Verdier
11. HISTÓRIA, DIACRONIA E HISTÓRIA  
Eugenio Coseriu
13. NOVÍSSIMOS ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA  
Mário Barreto
14. NOVOS ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA  
Mário Barreto
15. MANUAL DE TEORIA E TÉCNICA LITERÁRIA  
Orlando Pires
16. O HOMEM E A SUA LINGUAGEM  
Eugenio Coseriu
17. O GERÚNDIO NO PORTUGUÊS  
Odette A. de Sousa Campos
18. ANÁLISE LITERÁRIA DE 16 POEMAS  
José Maria de Sousa Dantas
19. FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA  
Mário Barreto
20. DE GRAMÁTICA E DE LINGUAGEM  
Mário Barreto
21. HISTÓRIA BREVE DA LÍNGUA ROMENA  
Alexandru Niculescu
22. UMA INTRODUÇÃO À SEMIÓTICA  
Hildo Honório do Couto
23. LIÇÕES DE PORTUGUÊS  
Sousa da Silveira
24. SOUSA DA SILVEIRA - O Homem e a Obra - Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil  
Maximiano de Carvalho e Silva
25. DINÂMICA LÉXICA PORTUGUESA  
Antonio Pio de Assumpção Júnior
26. ATRAVÉS DO DICIONÁRIO E DA GRAMÁTICA  
Mário Barreto
27. ÚLTIMOS ESTUDOS  
Mário Barreto
28. PARA COMPREENDER SAUSURRE  
Castelar de Carvalho
29. ANÁLISE SINTÁTICA EM NOVA DIMENSÃO  
Walmírio Macedo
30. GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA  
Walmírio Macedo
31. LÍNGUA E FUNCIONALIDADE EM FERNÃO DE OLIVEIRA  
Eugenio Coseriu

EUGENIO COSERIU

# LÍNGUA E FUNCIONALIDADE EM FERNÃO DE OLIVEIRA

Tradução de Maria Christina de Motta Maia



Coleção Linguagem 31



Editora Universitária • EDUFF  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
NITERÓI

PRESENÇA  
RIO DE JANEIRO

1991

Eugenio Coseriu  
**LÍNGUA E FUNCIONALIDADE**  
**EM**  
**FERNÃO DE OLIVEIRA**  
Coleção Linguagem 31  
PRESENÇA / EDUFF

Eugenio Coseriu

**LÍNGUA E FUNCIONALIDADE  
EM  
FERNÃO DE OLIVEIRA  
(1536)**

Tradução de Maria Christina de Motta Maia,  
cuidadosamente revista pelo autor

OBRA PUBLICADA EM CO-EDIÇÃO COM A



EDUFF

**Editora Universitária • EDUFF**  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
NITERÓI

**PRESENÇA**  
RIO DE JANEIRO  
1991

Copyright © 1990 by Eugenio Coseriu

Direitos reservados a EDUFF, Editora Universitária

É proibida a reprodução total ou parcial  
desta obra sem autorização expressa da editora

Título original alemão: *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)*, 1ª edição.

A tradutora, Maria Christina de Motta Maia, é professora de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Capa: Ana Claudia Dobrinesco  
Editorado eletronicamente por LaserGraph Ltda.  
Supervisão de editoração: Adelino Capella Pinheiro  
Edição de texto: Cláudia Franco  
Revisão gráfica: Lucia Deborah A. de Salles Cunha  
Normalização bibliográfica: Sonia Maria Silva Hall

CIP - Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C867L Coseriu, Eugenio, 1921 -  
Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira (1536)  
Eugenio Coseriu; tradução de Maria Christina de Motta Maia,  
cuidadosamente revista pelo autor. - Rio de Janeiro: Presença Edições;  
Niterói, RJ: EDUFF Ed. Universitária, 1991  
(Linguagem; 31)

Tradução de: *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira*  
1536.

Bibliografia  
ISBN 85-252-0063-8

1. Lingüística. 2. Oliveira, Fernão de, 1507 - 1581 - Crítica  
e interpretação. I. Título. II. Série.

90-0685

CDD - 401

CDU - 801

PRESENÇA EDIÇÕES

Rua do Catete, 204 - Gr. 302 - Tel.: 225-1947  
22.220 - Rio de Janeiro - RJ

IMPRESSO NO BRASIL  
PRINTED IN BRAZIL  
1991

Reitor  
José Raymundo Martins Romêo

Vice-Reitor  
Aloísio Carlos Tortelly Costa



Diretora da EDUFF  
Ceres Marques de Moraes

Assistente de direção  
Maria Teresa Kopschitz de Barros

Comissão editorial  
Estela dos Santos Abreu  
Isa Costa  
Maria Antonia dos Santos Botelho  
Maria Aparecida T. de O. Venturini  
Vicente Custódio Moreira de Souza

Secretaria administrativa  
Ana Maria Vianna  
Maria do Socorro Nunes das Neves  
Sílvia Pacheco dos Santos  
Solange Silva Gomes

Editoração e arte

Diretor  
José Maria Campos Nascimento

Revisão e edição de texto  
Adelino Capella Pinheiro  
Angela Portocarrero  
Cláudia Franco  
Márcia de Sá Zanetti  
Vera Maria Rio Apa

Normalização técnica  
Sônia Maria Silva Hall

Produção gráfica  
Jussara Moore de Figueiredo  
Kátia Maria Macedo de Souza  
Selené D'Avril

Desenvolvimento de mercado

Divulgação  
Denice Maria de Souza P. Pinheiro  
Lucília Maria Machado Ehlermann

Distribuição  
Antonio Gomes de Noronha  
Carlos Eduardo Domingues Vianna  
Cosme Ferreira Ornelas  
Faber José de Campos Rennó  
Maria da Glória Ferreira  
Maurício Antunes



EDUFF Editora Universitária

Rua Miguel de Frias, 9  
Icaraí - Niterói - RJ  
Fone (021) 717-8080 R. 200  
CEP. 24220

## Apresentação

O convênio celebrado entre a Universidade Federal Fluminense e a Universidade de Tübingen tornou possível à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Letras convidar o prof. Eugenio Coseriu — reconhecidamente um dos maiores lingüistas contemporâneos — para uma programação intensiva de cursos, palestras e seminários, abertos a professores, alunos e ao público de nível universitário interessado em lingüística.

O eminente professor esteve em Niterói durante o mês de outubro de 1988, período em que ministrou no Instituto de Letras da UFF dois cursos (Sintaxe Funcional e Lingüística Textual) e fez três palestras (Pendências da Lingüística Contemporânea, Competência Lingüística e Linguagem e Poesia).

Além dessas atividades docentes, a estada de Eugenio Coseriu entre nós propiciou entendimentos da Coordenação com a prof<sup>a</sup> Maria Christina de Motta Maia, adjunta de Língua Portuguesa da UFRJ, para a publicação de sua tradução, inédita, feita por indicação do saudoso prof. Celso Cunha, do artigo *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)*, até agora acessível apenas a reduzidíssimo número de professores e alunos que lêem alemão.

A tradução da prof<sup>a</sup> Maria Christina de Motta Maia, com base no exemplar que o próprio Eugenio Coseriu nos ofereceu, foi cuidadosamente revista em consulta com o autor — o que preservou com fidelidade o pensamento coseriano, mantendo-se até

alguns traços estilísticos do português do eminente lingüista. Graças a esses cuidados, a tradução que ora se publica permitirá avaliar a importância de Fernão de Oliveira, nosso primeiro gramático, não só para a reconstrução do sistema fonológico do português da primeira metade do século XVI, mas também para o conhecimento da lexicologia e da morfologia da época. Diz-nos Coseriu que a *Gramática da linguagem portuguesa*, de 1536, revela “clara intuição da funcionalidade lingüística e da distinção entre os esquemas da língua” — o que faz de Fernão de Oliveira um gramático que “antecede seu tempo na descrição lingüística em geral” e um dos mais originais da Renascença em toda a România.

Nem ficou aí a preciosa colaboração do prof. Eugenio Coseriu. Autorizou-nos também a traduzir e publicar dois outros trabalhos: *Principes de Syntaxe Fonctionelle* e *Linguistic Competence: what is it really?* que, em breve, estarão integrando o rol de publicações da EDUFF na área de Lingüística.

É, pois, com justo orgulho que vemos, afinal, publicado este precioso *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira* e aguardamos com igual interesse a publicação dos outros dois estudos.

Niterói, outubro de 1990.

ROSALVO DO VALLE

(Ex-coordenador do curso de pós-graduação em Letras da UFF)

## Prefácio

### O LINGÜISTA EUGENIO COSERIU

Carlos Eduardo Falcão Uchôa

Eugenio Coseriu é incontestavelmente uma das figuras de maior expressão da lingüística contemporânea. Desde os seus primeiros ensaios mais conhecidos (publicados nos anos 50, em Montevideo) aos mais recentes, a sua obra vem se atualizando, se ampliando e se precisando, constituindo um corpo de doutrina marcado por rara unidade de coerência teórica. Numa nota à edição de *Introducción a la Lingüística*, publicada pela Universidad Autónoma do México, o eminente lingüista Juan M. Lope Blanch reconhece: “Treinta años después (a 1ª publicação da obra é de 1951), conserva todo su valor, cosa singular en nuestra época, proclive a improvisaciones y a las rectificaciones o los repudios consiguientes. Lo que ha sido bien concebido y bien hecho mantiene su lozanía a través de los años. Es el caso de esta obra. Por ello, el Centro de Lingüística Hispanica la reedita ahora, como testimonio de la validez de la doctrina lingüística expuesta por Eugenio Coseriu en su entonces ya madura juventud”.

Já nos anos 50, em Montevideo (onde permaneceu de 50 a 63), Eugenio Coseriu é autor de ensaios fundamentais de teoria e metodologia lingüística, como *Sistema, norma y habla, Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje, Sincronía, diacronía e historia*, entre outros, que alcançaram repercussão internacional.

Vejo, pois, antes de mais nada, Coseriu como um dos maiores

teóricos da linguagem na atualidade. Mesmo os seus estudos de lingüística histórica, sobre lingüística românica e lingüística indo-européia, contribuem com importantes formulações gerais e valiosas indicações de caráter metodológico.

A preocupação com a teoria lingüística fá-lo enveredar, com toda a sua capacidade crítica, pela história da lingüística, enfatizando sempre que nela o novo se revela como velho e vice-versa. A sensação de novidade da lingüística atual, com suas várias correntes, acentua Coseriu, é mais aparente do que real. A lingüística moderna, em sua colocação essencial teórica e descritiva, não é absolutamente nova, antes retorna às suas tradições mais antigas (à Antigüidade, Idade Média e século XVIII). Trata-se, é verdade, reconhece Coseriu, de um retorno não declarado explicitamente, e até mesmo por vezes ignorado pelos próprios lingüistas, inexistindo, na maioria dos casos, laços históricos efetivos, faltando uma tradição ininterrupta da antigüidade à lingüística atual e, em alguns casos, estes laços, se existentes, escapam a uma análise filológica.

Nenhuma teoria, como se sabe, por revolucionária que pareça, surge do nada. Vários estudiosos têm mostrado que Saussure não foi um solitário genial, mas que soube aproveitar intuições anteriores, combinando com outras suas em uma nova síntese. Coseriu adverte que, a este respeito, no investigar laços históricos, há muito o que estudar na história da lingüística: autores importantes, alguns mesmo notáveis, de que ninguém se recorda, e idéias tomadas como novas, que não seriam tanto, se fossem estudadas suas origens. O grande interesse de Coseriu pela história das idéias lingüísticas fá-lo analisar obras de estudiosos de várias nacionalidades e épocas: do quase desconhecido gramático francês François Thurot (do século XVIII) ao grande mestre da lingüística ibero-americana que foi Amado Alonso, não deixando de analisar o primeiro gramático português, Fernão d'Oliveira (1536), cuja obra lhe causa admiração e lhe merece algumas observações críticas das mais favoráveis.

Além de grande teórico da linguagem, notável romanista e indo-europeísta, vejo, pois, também em Coseriu, pelo seu amplo conhecimento e pela sua invulgar capacidade crítica, um dos grandes mestres atuais da história das idéias lingüísticas.

No tocante à descrição da língua, adota Coseriu o estruturalismo funcional para o estudo da estrutura interna do que ele chama de "língua funcional". Defende ele, na verdade, um estruturalismo dinâmico à maneira humboldtiana. Não vê um sistema lingüístico como um repertório acabado por completo, senão como um conjunto de possibilidades funcionais das quais umas realizadas e outras não. O essencial na língua para Coseriu é a sua capacidade de criação e recriação por parte dos falantes, a mudança contínua, a tensão entre inovação individual e norma.

Há quem o veja simplesmente e depreciativamente como um mero estruturalista, o que traduz uma visão profundamente redutora do próprio estruturalismo — identificado com o estruturalismo fisicalista de Bloomfield ou o algébrico de Hjelmslev — e sobretudo da obra do lingüista romeno.

Primeiro é então preciso reconhecer que se cabe à lingüística estrutural e funcional o estudo da "langue" e dos seus significados, ela tem o seu lugar definido e assegurado no quadro das teorias sobre a linguagem. Não há, pois, como querer substituí-la pela lingüística transformacional, que tem, como assinala Coseriu, a sua razão de ser como complemento e ampliação da lingüística anterior a ela, correspondendo ao plano do falar e da designação. O conhecimento seguro e crítico das principais direções da lingüística atual, das limitações intrínsecas de cada uma das suas possibilidades com respeito à totalidade do fenômeno lingüístico leva Coseriu a insistir na complementariedade e, portanto, na validade de cada uma dessas diversas direções. Para consubstanciar tal complementariedade prática, ou seja, uma colaboração efetiva e profícua entre estas direções, propõe Coseriu que devem os lingüistas ter consciência dos limites da direção que adotarem e assim renunciarem às pretensões de exclusividade do

enfoque escolhido, para alcançarem a ampla compreensão de que falam do mesmo fenômeno 'linguagem', mas de diferentes aspectos e planos.

Em segundo lugar, rotular Coseriu um estruturalista funcional é desconhecer a amplitude e a variedade de sua obra; é ignorar seus ensaios sobre muitos domínios e disciplinas de investigação do campo lingüístico: da criação metafórica na linguagem e da relação entre linguagem e poesia aos problemas da tradução e da gramática contrastiva; da sociolingüística e da geografia lingüística ao problema do latim vulgar; da semântica e etimologia romena ao panorama da lingüística ibero-americana.

A obra de Coseriu vai-se tornando mais conhecida no Brasil e cinco de seus livros já se acham traduzidos para o português: *Teoria da linguagem e lingüística geral*, *Sincronia, diacronia e história*, *O homem e sua linguagem*, *Tradição e novidade na ciência de linguagem* e *Lições de lingüística geral*, o que demonstra o interesse pelo ideário lingüístico do mestre romeno entre nós.

Algumas de suas obras (mesmo as não traduzidas para o português) constam freqüentemente da bibliografia dos trabalhos terminais dos nossos cursos de pós-graduação em Letras. Difícil, no entanto, falar criticamente da influência de suas idéias sobre tais trabalhos. Faltam-nos informações bibliográficas mais abrangentes. O que se pode assegurar é a influência notória do seu pensamento lingüístico sobre o setor de Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Alguns de nós temos ministrado na pós-graduação cursos sobre suas obras e cursos de descrição do português com base fundamentalmente em sua teoria e metodologia lingüística. Por isso, a permanência de Coseriu na Universidade Federal Fluminense (durante o mês de outubro de 1988) foi muito bem-vinda. Seus cursos e suas palestras serviram para corroborar a altíssima admiração intelectual que muitos professores aqui neste Instituto de Letras têm pelo seu nome e pela sua obra.

## Nota da editora

A tradução conserva a numeração progressiva do original, conforme assegurado ao autor, embora em desacordo com a NBR 6024 da ABNT.

Os destaques do texto foram uniformizados de acordo com critérios estabelecidos pela editora — receberam, por exemplo, aspas simples as palavras com destaque do autor, ainda que este não seja o critério adotado no original; observe: "In der Renaissance besteht die Originalität eben auch darin, *welche* Ideen (...)" p.5/ "a originalidade, no Renascimento, também consiste em 'quais' idéias (...)" p.17.



LÍNGUA E FUNCIONALIDADE EM FERNÃO DE OLIVEIRA  
(1536)

1.1 Apesar de o gramático português Fernão de Oliveira (1507-1581) ser ocasionalmente mencionado na história da lingüística, especificamente na da lingüística românica, na realidade ele é conhecido quase que exclusivamente pelos lusitanistas.<sup>1</sup> E também estes restringiram-se, até agora, a acentuar sua importância na área da fonética portuguesa, ao avaliarem seus dados com o objetivo de reconstruir o sistema fonológico do português da primeira metade do século XVI.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> G. Gröber, embora geralmente muito bem informado, "Geschichte der romanischen Philologie", *Grundriss der romanischen Philologie* I<sup>2</sup>. Estrasburgo, 1904-1906, cita seu nome sem comentário (p. 34) e, além disto, incorretamente (como "Francisco de Oliveira"); A. Varvaro, *Storia, problemi e metodi della linguistica romanza*, Nápoles, 1968, p. 28, menciona a sua obra junto a outras gramáticas da Renascença, como sendo "calate negli schemi ereditati dalla tradizione grammaticale classica" e "fondate quasi esclusivamente sulla lingua letteraria e orientate in senso normativo", o que para a Gramática de Oliveira não se pode afirmar sem consideráveis restrições ou simplesmente não é aceitável.

<sup>2</sup> Assim, particularmente: I. S. Révah, "L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI<sup>e</sup> siècle à nos jours", *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro da língua falada no teatro*. Rio de Janeiro, 1958, p. 387-399 (sobre Oliveira: p. 393, 398), e "Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles?", III *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Actas, I, Lisboa, 1959, p. 273-291 (especialmente p. 281, 286-289); J. Herculano de Carvalho, "Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona", *RPF*, 12, 1962, p. 17-39 (especialmente p. 5-10, 16). Cf. também: S. da Silva Neto, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, 1952-57, p. 482.

1.2 É verdade que, à primeira vista, Oliveira se apresenta como foneticista ou senão como fonólogo. De fato, na sua *Grammatica da linguagem portuguesa (ou Primeira anotação da língua portuguesa)*<sup>3</sup>, publicada em Lisboa, em 1536, dos cinqüenta breves capítulos (mais exatamente, parágrafos), ele dedica nada menos que vinte e quatro (6-29) à fonética e à ortografia; treze à lexicologia (30-42); seis, à morfologia (43-48) e apenas um, à sintaxe (49). Mas ele não se mostra apenas como foneticista, pois suas idéias no domínio da lexicologia, no da morfologia e até mesmo no da lingüística geral não são menos interessantes e originais que as da área da fonética. E também nesta ele merece um lugar de destaque, se o consideramos no contexto geral da Gramática e da Fonética da Renascença na România. Ao referir-se aos autores cujos dados se propõe interpretar, Herculano de Carvalho escreve que “esses gramáticos e ortógrafos não eram foneticistas nem fonólogos (embora talvez mais isto do que aquilo)”, e que a sua perspectiva era “predominante e explicitamente ortográfica”.<sup>4</sup> Isto vale certamente para a caracterização não só de Oliveira mas também de todos os gramáticos e foneticistas da Renascença na România (talvez as únicas exceções sejam J. Rhys e Giorgio Bartoli). Também é verdade que todos esses autores cultivam uma fonética empírica, sem uma base metodologicamente firme. Oliveira, entretanto, supera de longe tudo o que, pelo menos até hoje, conhecemos nesse campo em toda a România. Através de sua clara intuição da funcionalidade lingüística e da distinção, apli-

<sup>3</sup> A obra foi editada três vezes nos dois últimos séculos. Aqui utilizamos a edição de O. Guterres da Silveira, A “Grammatica” de Fernão de Oliveyra. Rio de Janeiro, 1954; os números entre parênteses se referem aos capítulos considerados ou citados. Nas citações, abolimos as abreviaturas, destacamos os exemplos e os termos, acrescentamos sinais de pontuação e, quando necessário, os acentos.

<sup>4</sup> Art. cit., p. 19, 20.

cada freqüentemente também na descrição concreta, entre os esquemas funcionais da língua, esquemas às vezes só virtuais (‘sistema da língua’) e sua realização (‘norma da língua’), ele antecede seu tempo na descrição lingüística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença.

O impulso para a sua descrição do português veio certamente da gramática espanhola de Antonio de Nebrija<sup>5</sup>, publicada quarenta e ~~oito~~ anos antes, ao qual ele se refere explicitamente em sua obra. Isto, porém, não diminui sua originalidade, pois ele não segue Nebrija como um simples imitador, como na maioria das vezes o fez João de Barros<sup>6</sup>, alguns anos mais tarde. É esta originalidade que pretendemos mostrar, delimitar e ressaltar neste trabalho.<sup>7</sup>

1.3 Evidentemente, nem tudo o que aparece em Oliveira é para ser avaliado como positivo. Um exemplo disto é a fantástica pré-história de Portugal, a que ele adere nos primeiros capítulos de sua obra, e que remonta a Annio de Viterbo, tão influente tam-

<sup>5</sup> *Gramática castellana* [Arte de la lengua castellana]. Salamanca, 1492.

<sup>6</sup> *Grammatica da lingua Portuguesa*. Lisboa, 1540.

<sup>7</sup> Para várias das suas idéias e teses, Oliveira cita ‘autoridades’ entre os Antigos (especialmente Cícero, Varrão, Quintiliano), mas isto também não diminui a originalidade de seu pensamento: a originalidade, no Renascimento, também consiste em ‘quais’ idéias se adotam dos Antigos, ou para quais idéias se procura apoio nos Antigos (Nebrija, por exemplo, segue sobretudo Prisciano, Donato e Diomedes; Oliveira mostra certa simpatia por Varrão). E também, duma maneira geral, não se pode avaliar a referência aos Antigos como mera ‘imitação’, o que infelizmente acontece com tanta freqüência na história da lingüística. A Antigüidade não representa uma concepção determinada, que se poderia adotar como tal, mas sim um complexo mundo cultural.

bém em outros países românicos no século XVI. Além disto, Oliveira é, como acontece também com outros gramáticos sincronistas<sup>8</sup>, um mau etimologista, e suas idéias sobre a história da língua são, na maioria das vezes, ingênuas ou erradas. Ele nega, sim, etimologias pseudo-esclarecedoras do tipo: **homem**, “porque é o ‘meio’ de todas as cousas ou porque está no ‘meio’ do mal e do-bem”; **molher**, “porque é ‘molle’; **velho**, porque ‘vio’ muito”; **tempo**, “porque ‘tempera’ as cousas”; **pássaro**, “porque ‘passa’ voando”, classificando-as de “patranhas”(31). Ao mesmo tempo, porém, apesar de sua excelente cultura humanística, não tem clara consciência da continuidade latino-românica e não está disposto a aceitar sem relutância a origem latina, nem sequer em casos evidentes como os de **mesa**, **lume**, **homem**, **mulher**, **livro**, **porta**, **casa**, **parede**, pois se tantas palavras portuguesas devem remontar ao latim e, além disso, ao grego, ao árabe, ao castelhano, ao francês, “então que nos fica a nós?”. Para as correspondências português-latim, ele acha explicação no fato de que, se por um lado os romanos deram aos portugueses determinadas palavras, por outro, tomaram destes determinadas outras de que precisavam. Apesar de tudo, Oliveira tem algumas idéias muito boas também neste campo: assinala, por exemplo, que é extremamente difícil motivar a origem de cada nome, pois seria preciso saber onde surgiram as “coisas” correspondentes e, em cada caso, chegar até a “pessoa particular” que impôs o nome: “assi que é trabalhoso e pouco certo querer saber os naçimentos particulares das dições”(32).<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Compare-se, por exemplo, o caso de L. Meigret na França ou o de Gonzalo Correias na Espanha.

<sup>9</sup> Compare-se também: “para saber todas estas cousas require-se ler e ver muyto; e ainda assi alcançaremos pouco, porque avemos de preguntar isto a cada tempo e terra e pessoa muito pello miudo” (31).

2.0 Como já se disse, a força de Oliveira está, porém, no domínio sincrônico e, neste, predominantemente na área da fonética. Seus modelos imediatos neste campo são, além de Nebrija, muito provavelmente as diversas obras sobre ortografia espanhola que apareceram precisamente na época em que ele se achava na Espanha (ou em torno dela)<sup>10</sup>, isto é, as obras de Vanegas, Busto e Robles.<sup>11</sup> Em todos esses autores — que continuam uma importante tradição<sup>12</sup> inaugurada pela Gramática e pela Ortografia de Nebrija<sup>13</sup> e, em parte, ainda antes, e cultivada com muita assiduidade<sup>14</sup> —, e especialmente em Busto, encontram-se em

<sup>10</sup> Oliveira abandona seu mosteiro dominicano em Évora no ano de 1532 e foge para a Espanha, onde fica algum tempo. Supõe-se mesmo que ele tenha escrito a sua Gramática na Espanha, talvez em Toledo (assim, P. Galindo Romeo e L. Ortiz Muñoz na sua edição da *Gramática castellana*. Madrid, 1946, I, p.XL). I, p.XL).

<sup>11</sup> A. Vanegas, *Tractado de orthographia y accentos en las tres lenguas principales*. Toledo, 1531; B. Busto, *Arte pa/ra/ aprender a leer y escrevir perfectamente en romance y latin*, o. O., o. J. /mas 1533/; Fr. de Robles, “Reglas de ortografia”, anexo ao seu trabalho *Copia accentuum omnium fere dictionum difficilium...*. Alcalá, 1533.

<sup>12</sup> A Espanha é, entre os países românicos, no séc. XVI e ainda também no séc. XVII, a terra da fonética. É verdade que após o extraordinário Nebrija e até J. P. Bonet não há na Espanha, nesse domínio, personalidades do nível de um Rhys ou de um G. Bartoli. Na Espanha, entretanto, é muito vivo o interesse pela ortografia e o seu ensino e, com isso, pela fonética. As obras ortográficas são muito numerosas e os gramáticos espanhóis oferecem em geral descrições fônicas muito cuidadosas e valiosas indicações, por exemplo, sobre as diferenças regionais na pronúncia do espanhol e descrições fônicas surpreendentemente exatas para diferentes línguas estrangeiras (em particular para línguas indígenas da América).

<sup>13</sup> *Reglas de orthographia de la lengua castellana*. Alcalá, 1517.

<sup>14</sup> Já em Enrique de Villena, *Arte de Trovar*, 1433, aparecem algumas observações muito interessantes sobre a fonética; cf. La Viñaza, *Biblioteca histórica de la filología castellana*. Madrid, 1893, p. 387-391.

vários casos descrições muito exatas dos sons espanhóis do ponto de vista articulatório.<sup>15</sup> Oliveira supera, contudo, todos, mesmo a Nebrija, pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo caráter sistemático da sua descrição dos sons portugueses.<sup>16</sup>

2.1 As unidades fônicas (ou, melhor, as unidades de expressão) do português são identificadas por Oliveira, de acordo com a tradição e com a terminologia da sua época, como *letras*. Isto é, ele emprega *littera* para as unidades fônicas e ao mesmo tempo para a sua representação gráfica<sup>17</sup>, como era costume desde os antigos. No entanto, ele distingue cuidadosamente entre representação gráfica (*figura, sinal*) e a unidade fônica correspondente (*pronunçiação, força, virtude*): “as figuras destas letras chamão os gregos *caracteres* e os latinos *notas*, e nos lhe podemos chamar *sinaes*. Os quaes hão de ser tantos como as *pronunçiações*, a que os latinos chamão *elementos* e nos as podemos interpretar *fundamētos* das vozes e escritura” (6). Sem dúvida, esta distinção

<sup>15</sup> Cf. La Viñaza, *op. cit.*, p. 552-553 (sobre Vanegas), 413-421 (sobre Busto), 553-555 (sobre Robles).

<sup>16</sup> Nebrija descreve, ainda que muito brevemente, na sua Gramática (I, 4), a pronúncia do latim, mas não propriamente a do espanhol, como tal, que ele prefere indicar através de exemplos; o mesmo vale para a sua Ortografia.

<sup>17</sup> É esta a chamada ‘não distinção’, ou confusão de letras e sons que tem sido com tanta freqüência mas — se prescindirmos de casos isolados — tão injustamente censurada como ‘confusão’ própria da lingüística anterior ao séc. XIX. Na realidade, não se trata de uma ‘não distinção’ nem de uma ‘confusão’ mas de um nível de abstração mais alto: *littera* é, a rigor, na lingüística mais antiga a unidade fônica, na medida em que pode ser representada por uma letra e, ao contrário, a unidade gráfica, na medida em que corresponde a uma determinada unidade fônica de uma língua, quer dizer, uma noção superior para som + letra (ou seja, fonema + grafema). Se algo na lingüística moderna corresponde, até determinado ponto, ao conceito antigo da *littera*, isto não é o nosso conceito de ‘letra’ (ou ‘grafema’), mas o conceito de *cenema* de Hjelmslev.

não é nova: ela remonta aos antigos<sup>18</sup> e é comum a todos os gramáticos da Renascença.<sup>19</sup> Todavia, Oliveira a emprega com uma coerência antes dele só encontrável em Nebrija e só rara vez depois dele, no século XVI. Para as várias *letras*, especialmente para as vogais, ele descreve separadamente a figura e a pronunçiação (que, ocasionalmente, chama também de voz). As unidades fônicas que ele identifica em português como segmentos são em geral fonemas; no caso da nasalidade, entretanto, trata-se de um traço distintivo.

2.2 No sistema de vogais do português, Oliveira identifica, primeiro, oito vogais orais, diferenciando nas *letras a, e e o* o fonema aberto (*grande*) do fechado (*pequeno*) (8).<sup>20</sup> Ele observa que o português só possui cinco *figuras* para as oito vogais (“temos oytto vogaes na nossa lígoa mas não temos mais de cinco figuras”)

<sup>18</sup> Cf. D. Abercrombie, “What is a ‘letter’?”, *Lingua* 2, 1949, agora em: D. A., *Studies in Phonetics and Linguistics*. Londres, 1965, p. 76-85.

<sup>19</sup> Assim, Nebrija distingue *figura e voz* (ou *pronunçiação*); para a função da *figura* em relação com a pronúncia, ele emprega *fuerza* ou *oficio* (cf. em Oliveira: *força, virtude*).

<sup>20</sup> Estes termos relacionam-se muito provavelmente com o fato de Oliveira interpretar a oposição fechado/aberto muito mais como breve/longo (compare-se 27). Barros, que emprega os mesmos termos, naturalmente segue nisto Oliveira — contrariamente à opinião de M. Carvalhão Buescu na sua edição de João de Barros, *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, 1971, p. LXI-LXII — e não gramáticos italianos nem uma pretensa terminologia italiana, que simplesmente nesta forma não existia. Entre os primeiros gramáticos italianos, G. F. Fortunio, *Regole grammaticali della volgar lingua*. Ancona, 1516, e P. Bembo, *Prose della volgar lingua*. Veneza, 1525, não tratam a fonética como tal, de forma alguma. G. G. Trissino, *Epistola de le lettere nuovamente aggiunte ne la lingua italiana*. Roma, 1524, não distingue as vogais e- e o- como ‘grande’ e ‘pequena’ mas como ‘aberta’ e ‘fechada’ e emprega para a sua representação

Ε -e, ω -o (cf. p. X “Le lettere adunque, che io primieramente aggiunsi a l’alfabeto latino, furono Ε aperto, ed ω aperto”). Em trabalhos posteriores (*Dubbii grammaticali*; *Grammatichetta*: ambos Vicenza, 1529), Trissino emprega os termos *chiaro*, *et acuto / grave*, e *ottuso*. A expressão *grande* ele emprega em relação ao grafema ω, ao dizer que “l’ ω grande de i Greci”, que ele usou primeiro para o o *chiaro*, *et acuto* (isto é, / ɔ /), o empregará, de agora em diante, para o o *grave*, *et ottuso* (isto é, / o /): trata-se pois simplesmente do velho e conhecido nome grego da letra ω. A sugestão de Tolomei de usar as letras maiúsculas E, O para / Ε / e / ɔ / também não é terminológica e não tem nada a ver com os nomes escolhidos por Oliveira, pois esta sugestão não era conhecida nesta época. O uso de E, O com esta função aparece primeiro em G. A. Gilio, *Dialoghi*. Camerino, 1564, e que este uso correspondia a uma sugestão de Tolomei só se soube por G. Ruscelli, *Commentario della lingua italiana*. Veneza, 1581 (isto é, 28 respectivamente 45 anos depois de ter-se publicado a Gramática de Oliveira). Veja-se sobre isto L. Kukenheim, *Contributions à l’histoire de la grammaire italienne, espagnole et française à l’époque de la Renaissance*. Amsterdã, 1932, p. 37-38. Os termos que Tolomei emprega nos seus escritos sobre fonética — não publicados — também não são *grande* e *piccolo* mas *chiaro* e *fosco*. João de Barros que — mais uma vez contrariamente à opinião de sua condescendente editora — copia tão evidentemente e sem escrúpulos Nebrija, tomando deste ao pé da letra também numerosos exemplos e até exemplos de autores espanhóis, sem contudo mencioná-lo nem uma única vez, deve, em princípio, ser tomado em todo caso como suspeito. Ele segue Nebrija e ocasionalmente, como neste caso, Oliveira; mas é incoerente e acrítico e muitas vezes simplesmente não entende os seus modelos. Depois de ter diferenciado, na primeira parte de sua Gramática, como Nebrija e Oliveira, *figura* e *potestas* (*figura* e *poder*), ele volta a confundir várias vezes os dois conceitos: assim, escreve que o português possui 23 “letras en poder e trinta e quatro em figura” (edição de Carvalhão, p. 296), com o que quer dizer exatamente o contrário e, na parte sobre ortografia (ibid. p. 370), ele fala de 26 “poderes”, número que toma evidentemente de Nebrija, *Gram. cast.*, I, 5, 2, e que em Nebrija é, aliás, correto, mas naturalmente para o espanhol e não para o português. Também não há nada na Gramática de Barros que indique uma influência italiana. Ao contrário, uma influência de gramáticos italianos em Oliveira (e, para isso, tanto temporalmente quanto pelo uso de Ε ou ω só poderia vir ao caso Trissino) é possível, mas, naturalmente, não no que diz respeito aos termos ‘grande’ e ‘pequeno’; esta influência porém não é demonstrável. Aliás, Oliveira só teve contacto direto com o meio cultural italiano depois da publicação da sua gramática, precisamente em 1540, quando empreendeu uma viagem à Itália.

e sugere novas figuras: α para o ‘a pequeno’; Ε para o ‘e grande’ e ω para o ‘o grande’. Depois, ele identifica as vogais nasais como unidades vocálicas simples: o ‘til’, que se emprega para tais vogais, não corresponde a um ‘elemento de construção da palavra’, isto é, não constitui um segmento fonemático (“mas âtre nos claro está que não temos voz a qual se forme cõ este elemēto ou fundamēto til”), ele é apenas um sinal de nasalização: “assi como fazemos do til nas vogaes quando... mudão sua voz; digo que mudão a voz porque não hé a mesma voz *vila* e *vilã*, mais o til que lhe posemos muda a calidade do a d’clara voz em escura e mete-o mais pelos narizes [N.B.], outro tanto nas outras vogaes como e e ē, i e ī, o e õ, u e ũ, onde o til ganha alghũa cousa e tem poder alghũ; o qual sintem as orelhas” (16). Como *elemento*, o til é, por conseguinte, só uma modificação da vogal, isto é, a própria nasalidade (Cf. também 14: “sua força é tão branda que a não sentimos se não mesturada cõ outras”).<sup>21</sup> E é importante assinalar que esta caracterização da vogal nasal como som vocálico simples representa uma notável contribuição de Oliveira, pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas dessa forma na România (e talvez seja a

<sup>21</sup> Oliveira queira até marcar as vogais nasais sempre com o til e desistir de grafias como **am**, **an**, **em**, **en**, etc., porque nestes casos não se ouve elemento consonântico, mas só um ‘til’: “e eu digo que [o til] é neçessareo todas as vezes que despoys de vogal em hũa mesma syllaba escrevemos **m** ou **n**” (14); “o qual [til] cõ a boca e beiços muy soltos tambẽ soa na mesma forma em todas as syllabas em cujos cabos nos escrevemos **m** ou **n**, errando cõ o costume, porque as letras mudas, de cujo numero são **m** e **n**, âtre nos nũca dão fim a dição alghũa ne syllaba; e isto a esperiençia e propriedade das nossas vozes no-lo ensinão; e por tanto não escreveremos **ensinar** com **n** na primeira syllaba nem **embargar** cõ **m** a imitação dos latinos, poys nos taes lugares antre nos não sentimos essas letras mas nessas e outras muitas partes escrevamos til” (19). Com efeito, ele aplica muito freqüentemente este princípio no texto de sua gramática, escrevendo, nos casos citados, **ã**, **ẽ**, **õ**, etc., ainda que não com plena consequência.

primeira vez em geral).<sup>22</sup>

Finalmente, Oliveira identifica quase todos os ditongos orais e nasais do português <sup>23</sup> e estabelece que, nos últimos, o til (isto é, a nasalidade) soa em ambas as letras vocálicas. <sup>24</sup>

2.3.1 No que se refere ao sistema consonântico, Oliveira oferece as descrições articulatórias, no essencial, completas, ainda que sucintas. Muitas dessas descrições são surpreendentemente exatas e, salvo a terminologia, aceitáveis até hoje em dia. Por exemplo:

Pronúncia-sse a letra **b** antr'os beyços apertados lançado para fora o bafo com impeto; **c**. Pronúncia-sse dobrado a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hũ certo lombo no meyo della diante do papo, casi achegando cõ esse lóbo da lingua o çeo da boca e empedindo o espirito, o qual per força faça apartar a lingua e faças e quebre nos beyços com impeto;

A pronúnciação do **f** fecha os dêtes de çima sobre o beicho de baixo...;

<sup>22</sup> As vogais nasais do francês, surgidas provavelmente já no séc. XV, são apresentadas durante longo tempo em gramáticas e livros de ortografia como vogal + consoante nasal. Somente L. Chiflet, *Essay d'une parfaite grammaire de la langue françoise*. Antuérpia, 1659, e mesmo ele só acidentalmente, as considera como *de vraves voyelles* e ainda mais tarde estas vogais são 'descobertas' expressamente como sons vocálicos simples por Dangeau [L. de Courcillon]. *Essais de grammaire*. Paris, 1694. Cf. M. Ekman, *Opuscles sur la grammaire par l'Abbé de Dangeau*. Uppsala, 1927, particularmente p. 203 - 207.

<sup>23</sup> "Os ditōgos que eu achey antre nos portugueses são estes: **ae** como **to-mae**, **ãe** como **pães**, **ao** como **pao**, **ão** como **pão**, **ãy** como **mãy**, **ei** como **tomei**, **eo** como **çeo**..., **eu** como **meu**, **io** como **fugio**, **oe** como **soe**, **oi** como **caracois**, **õe** como **põe**..., **ou** como **dou**, **ui** como **fuy**" (19).

<sup>24</sup> "E nos... sentimos cõ as orelhas que soa ali hũ til sobre ambas as letras vogaes do ditongo: como **escrivão**, **escrivães**" (19).

A pronúnciação do **l** lambe as gēgibas de cima cõ as costas da lingua achegado as bordas della os dêtes queyxaes;

Pronúcia-se o **r** singelo cõ a lingoa pegada nos dêtes queyxaes de çima e sae o bafo tremendo na pôta da lingua. Do **rr** dobrado a pronúnciação é a mesma que a do **r** singelo, se não que este dobrado arranha mays as gēgibas de çima; e o singelo não treme tão;

**x** pronúcia-sse cõ as queixadas apertadas no meyo da boca, os dêtes jutos, a lingua ancha dentro na boca, e o espírito ferve na humidade da lingua;

A pronúnciação do **z** zine antr'os dentes çerrados com a lingua chegada a elles e os beyços apartados hũ do outro(13).

Por causa da presença da letra **h** (**ch**, **lh**, **nh**), Oliveira chama as palatais de *letras aspiradas* (14) — e este é um dos poucos casos em que se deixa enganar pela grafia. Mas ele volta ao assunto e assinala que estes sons não são "grupos" mas consoantes simples que, por isto mesmo, necessitariam de *figuras* próprias simples e que se trata, na realidade, não de aspiração mas de uma "mudança", a qual, entretanto, ele não chega a definir exatamente.<sup>25</sup> Apesar desta insuficiência e de algumas outras pequenas inconseqüências nos detalhes, a descrição de Oliveira — a primeira descrição articulatória sistemática e completa do sistema de consoantes de uma língua românica — é de longe não só a melhor da sua época mas também a melhor por longo tempo

<sup>25</sup> "As letras consoantes aspiradas que são **ch**, **lh**, **nh** não tem propria figura ainda ategora... mas que seria se dissessemos não aver antre nos aspiração?... das cõsoates eu diria que sem aspiração faze alghũa mudança cujo sinal é aquella figura de letra **h** que lhe mesturamos" (16).

após o aparecimento de sua Gramática.<sup>26</sup>

Observamos ainda que Oliveira separa ortograficamente, como já fazia Nebrija, **i** e **j**, **u** e **v** e que ele caracteriza o som [j] em palavras do tipo: **meio**, **moio** como sons consonânticos (“porque não faz syllaba por si”) e propõe para representá-lo a grafia **y** (14).<sup>27</sup>

2.3.2 Ainda mais interessante que a descrição articulatória — e muito mais importante do ponto de vista funcional — é o fato de Oliveira estabelecer regularmente correlações funcionais no sistema consonântico. Em todos os casos em que duas consoantes têm os mesmos traços articulatórios (e só se distinguem pela sonoridade), ele o assinala expressamente; trata-se das *letras*: **c-g**; **p-b**; **t-d**; **ss-s**; **ç-z**; **f-v**; **x-j**, ou seja, dos fonemas: **k/g**; **p/b**;

<sup>26</sup> As consoantes italianas (toscanas) só são descritas detalhadamente por G. Bartoli, *Degli elementi del parlar toscano*. Florença, 1584. A descrição do galês Siôn Dafydd Rhys [ingl. John David Rhose ou Rhese; lat. Rhoesus], *Perutilis exteris nationibus de Italica pronuntiatione, et orthographia libellus*. Pádua, 1569, é, sem dúvida, na maioria das vezes muito precisa e, do ponto de vista prático, quase sempre excelente; mas é feita com sentido contrastivo, isto é, através da comparação com outras línguas (inglês, alemão, francês, espanhol, português, polonês, galês) e leva em conta a articulação do italiano sobretudo quando esta diverge da das outras línguas. Na Espanha encontra-se uma descrição sistemática comparável à de Oliveira só em J. P. Bonet, *Reducción de las letras y arte para enseñar a ablar los mudos*. Madrid, 1620; na França, é preciso esperar até Cordemoy (1668) e Dangeau (1694).

<sup>27</sup> Com isso, Oliveira chega a 32 ou 33 *letras* do português (6, 10, 14). A oscilação vem do fato de ele não estar totalmente seguro em relação ao *status* de **q** e mais ainda do **y**. As vogais nasais ele não as adota como tais no seu alfabeto, limitando-se a adotar o til como sinal complementar.

**t/d**; **ś/ź**; **s/z**; **f/v**; **š/ž**.<sup>28</sup> E, também, neste caso, é a primeira vez que uma correlação é apresentada de um modo tão completo e, ao mesmo tempo, tão claro e preciso para um sistema consonântico românico.<sup>29</sup> As oposições correspondentes Oliveira as interpreta, porém, não como distinções de sonoridade, mas como oposições de força, ou seja, de tensão (cf. as caracterizações

<sup>28</sup> “A pronúnciação do **g** é como a do **c**, cõ menos força do spirito”; “A força ou virtude do **p** é a mesma que a do **b**, se não que traz mays espirito”; “O **ss** dobrado pronúcia-sse como o outro pregãdo mais a lingua no çeo da boca”; “O **t** tẽ a mesma virtude do **d**, com mays espirito todavia tira o **t** pera fora” (13); “**ç** tẽ a mesma pronúnciação que **z**, se não que aperta mais a lingoa nos dẽtes”; “**j** cõsoante... a sua pronúnciação é semelhante à do **xi** cõ menos força e esta mesma virtude damos ao **q** quando se segue despoys delle **e** ou **i**”; “A força de **v** consoante é como a do **f**, mas cõ menos espirito” (14); “antre as consoantes **b** e **p** são muito semelhantes, e **c** com **g** tem muita vezinhença, e **d** com **t**; **f** com **v**,... **ç** com **z**, e **s** com **ss**, **j** e **x** també” (18).

<sup>29</sup> Na Itália, a correlação de sonoridade (se bem que não como tal — cf. nota 30) para **p/b**, **t/d**, **k/g**, **c/g**, **f/v**, **s/z**, **ts/dz** só é estabelecida inequivocamente por Bartoli. Na França, a mesma correlação é considerada por Bovillus (Ch. Bovelles), *Liber de differentia vulgarium linguarum et Gallici sermonis varietate*. Paris, 1533, até como base da configuração do sistema consonântico: dever-se-ia aceitá-la para todas as consoantes, pois todas as consoantes se poderiam classificar como *molles* ou como *duriore*s (Cap. 26); entretanto as oposições que Bovillus estabelece só são corretas parcialmente — assim, por exemplo; **B** é *mollis* frente a **P**, mas *dura* frente a **V** (Cap. 27); no seu quadro geral, **F** aparece como *mollis* de **V**; e **M** como *mollis* de **N** e diversas consoantes aparecem no mesmo quadro simultaneamente como *molles* e *duriore*s. Mais coerente e preciso, ainda que não totalmente unívoco, é neste ponto Théodore de Bèze, *De Francicae linguae recta pronuntiatione*. Genebra, 1584. Mais precisas ainda são as indicações de G. de Cordemoy, *Discours physique de la parole*. Paris, 1668 (pelo menos para **p/b**, **k/g**, **f/v**); precisa-se, entretanto, esperar até Dangeau para que se encontrem, para o francês, exposições tão exatas e inequívocas como as de Oliveira.

citadas na nota 28).<sup>30</sup> Além disso, ele estabelece uma oposição de quantidade entre *r* e *rr*, isto é, /r/ e /r̄/ (cf. a descrição de *r* e *rr* em 2.3.1), assim como uma certa afinidade, embora não definida, entre *r* e *l*: *r* é para ele “semelhãte ao *l*” (13; cf. ainda 17: *l* tem grande afinidade “com o *r* singelo”).<sup>31</sup>

2.4 É muito exata também a sua descrição da distribuição dos fonemas na palavra e na sílaba (20-23). Neste ponto ele pode, sem dúvida, ter seguido o modelo de Nebrija, cuja descrição da distribuição dos fonemas espanhóis também é muito precisa e completa<sup>32</sup>; Oliveira, todavia, tenta justificar os fatos observados

<sup>30</sup> Isto, aliás, é geral na România da Renascença e mesmo até mais tarde. A mesma interpretação encontra-se, por exemplo, em Bovillus, Rhys, Th. de Bèze e G. Bartoli (que distingue *suoni rimessi* e *suoni intensi*; *op. cit.* p. 23). Só muito mais tarde a sonoridade é identificada como tal. É verdade que J. P. Bonet a percebe intuitivamente e a assinala de maneira mais ou menos clara (por exemplo para *d*, *g*, *m*, *n*); cf. T. Navarro Tomás, “Doctrina fonética de Juan Pablo Bonet (1620)”, *RFE*, 7, 1920, p. 150-177. As observações e descrições de Bonet não tiveram, porém, neste aspecto, nenhum efeito sobre o desenvolvimento ulterior da fonética nos países românicos. Cordemoy, Dangeau e todo o século XVIII francês permanecem fiéis à oposição *forte* — *fraco* (em Dangeau, por exemplo, as consoantes surdas encontram-se classificadas como *fortes* e, como *flaibles*, as sonoras; assim também em Duclos, nas suas *Remarques à Grammaire Générale*, 1754, e em Boulliette, *Traité des sons de la langue française*, 1760).

<sup>31</sup> Também Bovillus adota para *r/l* uma oposição *durior-mollis* (*op. cit.* cap. 35). E, estranhamente, também G. Bartoli tende a supor a mesma oposição para *r/l* do italiano, sem se decidir de forma inequívoca. Depois de descrever o *r* italiano, Bartoli escreve: “il suo rimesso pare che sia lo *L* bêche lo *R* si diversifica piú da lo *L*; che gli altri intensi da i loro rimessi; essendo che lo *R* ripercuote cõ reiteramẽto tremulo il medesimo luogo, il che non fa lo *L*” (*op. cit.*, p. 37).

<sup>32</sup> *Gram. cast.* I, 9.

por regras mais gerais do que as de Nebrija. Dado que em português, em posição de final de sílaba, só são permitidas vogais e ditongos (incluindo as vogais e os ditongos nasais) e *l*, *r*, *s*, *z*, ele formula, mais ou menos claramente — ainda que através de uma argumentação circular, pois chama *l*, *r*, *s*, *z* de “semivogaes ou quasi vogaes” (20) — a regra de que em português somente um fonema ‘vocálico’ pode terminar palavras e sílabas, excluindo-se as *letras mudas*, isto é, os fonemas propriamente ‘consonânticos’ e, naturalmente, os grupos consonantais (20-23). No que diz respeito aos sons iniciais de sílabas e de palavras, ele estabelece que, nesta posição, só podem ocorrer em português, além dos sons vocálicos, consoantes ou grupos consonantais de *muta cum liquida*, mas nenhum outro grupo de consoantes. Só se podem desviar desta regra as palavras estrangeiras e, mesmo estas, somente enquanto elas forem novas no idioma e não tenham ainda sido ajustadas ao sistema português (“Se não quando ainda forem tão novas antre nos que seja neçessareo pronuncia-las cõ a melodia de seu nascimento”).<sup>33</sup> A tendência do português, diz, é, contudo, ajustar estas palavras e, por exemplo, vocalizar as *letras mudas* no final das sílabas (24).

2.5 Muito exatas são também as indicações de Oliveira quanto às assimilações (18, 26, 28), embora ele interprete neste contexto os pronomes pessoais *o*, *os* erradamente como ‘artigos’. Não menos precisa é a parte que trata da acentuação das palavras (28-29), o que demonstra pelo menos um notável dom de observação.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Compare-se o que Nebrija, *Gram. cast.*, I, 9, 5, diz das *diciones* (ou *palabras*) *peregrinas*, nas quais podem ocorrer combinações consonânticas, que em outros casos não seriam permitidas em espanhol.

<sup>34</sup> A Gramática de João de Barros, publicada quatro anos mais tarde, não trata das assimilações e lá onde as menciona acidentalmente (ed. de Carvalhão, p. 382-383) as interpreta em sentido errôneo. Também a acentuação não é considerada por Barros.



2.6 Característico das descrições e interpretações de Oliveira, na área fônica, é antes de tudo o fato de ele ter sempre presente o sistema lingüístico — como no caso das regras de distribuição — e adotar, ainda que mais ou menos intuitivamente, o ponto de vista funcional correspondente ao sistema. Revela-se isto em vários fatos. Em primeiro lugar, suas 'letras' correspondem quase exatamente às unidades fonemáticas do português e, no caso das vogais nasais, até a uma análise funcional do tipo: V + nasalidade. Em segundo lugar, ele fundamenta a oposição de  $\alpha$  - **a**, **e** -  $\epsilon$ , **o** -  $\omega$  com o fato de estes sons poderem ocorrer no mesmo contexto fônico e de não poderem, por este motivo, ser interpretados como condicionados pelo contexto: "E isto porque nos não podemos salvar cõ os latinos dizendo que a consoãte ou consoãtes e letras que vão adiante fazem grande ou pequena a vogal que fica, mas vemos que cõ hũas mesmas letras soa hũa vogal grande as vezes e as vezes pequena: segundo o costume quis e não mays" (8). Reconhecer-se-á nesta argumentação um dos critérios que, muito mais tarde, serão utilizados no estruturalismo e, especialmente, na Escola de Bloomfield, para delimitar as unidades fonemáticas.<sup>35</sup> Ainda mais evidente é o enfoque funcional na interpretação que Oliveira dá para [i], [u] em posição átona, especialmente antes de vogal (onde, em português, se neutraliza a oposição **e** / **i**, **o** / **u**): Oliveira interpreta, com efeito, estes sons como **e**, **o**, respectivamente, apesar da sua semelhança material (fonética) com **i**, **u**, que ele, aliás, admite explicitamente, sugere-

<sup>35</sup> Os exemplos que Oliveira dá para as oposições **e** -  $\epsilon$ , **o** -  $\omega$  (festo — f  $\epsilon$  sta, fermoso — ferm  $\omega$  sos) poderiam sem dúvida ser interpretados como casos de variação condicionada pelo contexto, se no contexto fônico se incluísem as vogais finais ou o -s final. O seu critério vale, porém, também para essas oposições (ainda que, naturalmente, não com respeito à quantidade que ele supõe), dado que em português há inúmeros casos — e também pares mínimos do tipo peso - p  $\epsilon$  so, porto - p  $\omega$  rto — nos quais elas não podem ser interpretadas como condicionadas pelo contexto.

rindo, portanto, que se escreva **memorea**, **neçessareo**, **continoar** (e não **memoria**, **neçessario**, **continuar**). Diz que em tais casos não se trata de unidades vocálicas distintas mas de variação condicionada pelo contexto fônico, o que é também verificável em outras vogais.<sup>36</sup>

3.0 A partir de certas observações de Varrão<sup>37</sup> e daquilo que nos gramáticos latinos e em Nebrija é tratado como *species e figura* das diversas partes do discurso (especialmente no nome e no verbo), Oliveira apresenta nos parágrafos sobre o vocabulário ("Das dições"), em poucas páginas, um esboço de lexicologia e, neste esboço, uma teoria da composição das palavras que constituem o primeiro — e em certo sentido o único — esboço desse tipo e a primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da lingüística românica.

3.1 As dições — isto é, e em cada caso, 'todas' as palavras — Oliveira as divide em categorias, de acordo com cinco critérios.

<sup>36</sup> "Não pareça a alguem que nos confundimos **i** pequeno cõ **e** pequeno, nem **o** pequeno com **u** pequeno; porque ellas não são diversas vozes e tam pouco não temos ahi neçessidade de diversas letras; mas é desta maneira que antre **i**, que é letra delgada, aguda e viva, e antre  $\epsilon$  grande, soa na nossa lingua hũa outra voz mais escura, e não mais que hũa; e a este chamamos **e** pequeno, o qual em hũas partes soa mays e em outras menos, como fazem as outras vogaes; e õde soa mais podemos dizer que é mais vezinho do **e** grande, onde també menos soa, será isso mesmo mays vezinho de **i**; mas não por isso dizemos que são duas letras, porque não muda a voz se não por respeito das consoantes mais ou menos; ou por qualquer outra vezinhêça de letras que se cõ elle ajũtão, gasta mais ou menos tempo e apareçe mais ou menos a sua voz, como **escreveste** — **memorea**: mais soa **e** pequeno na penultima de **escreveste** que de **memorea**" (27).

<sup>37</sup> *De lingua latina*, V, 6 e V, 10.

Segundo o ponto de vista que se adotar, as dições podem ser:

- a) *nossas* — *alheias* — *comuns*<sup>38</sup>;
- b) *apartadas* — *juntas* — (isto é, simples e compostas);
- c) *velhas* — *novas* — *usadas*;
- d) *próprias* — *mudadas* (isto é, não metafóricas e metafóricas);
- e) *primeiras* — *tiradas* (isto é, primárias e derivadas).

O primeiro critério é etimológico e comparativo, mas aplicado, por assim dizer, de um ponto de vista sincrônico. As *dições nossas* são as palavras primitivas específicas da língua e também as que nasceram nesta língua por composição e derivação (31). As *alheias* são as palavras de empréstimo e as estrangeiras passíveis de serem reconhecidas como tais; estas podem tornar-se, com o tempo, *dições nossas*. As *comuns* são as palavras de diferentes línguas nas quais não se pode reconhecer a procedência de um ou de outro idioma.<sup>39</sup> Para o segundo critério, v. 3.2. O terceiro critério se refere à diacronia do vocabulário dentro da língua histórica. As *dições velhas* são os arcaísmos. Estes podem ser registrados também em espaços cronológicos relativamente curtos, e certos arcaísmos podem, inclusive, ser ainda conhecidos dos falantes mais idosos<sup>40</sup>; além disso, pode-se verificar que,

<sup>38</sup> Compare-se a distinção de Varrão entre *verba nostra* e *verba aliena* (*De lingua Lat.*, V, 10)

<sup>39</sup> “Dições comũs chamamos aquellas que em muitas linguas servem igualmente e o tempo em que mudarão d’hũa lingoa para outra fica tão lōge de nos que não podemos facilmente saber de qual para qual lingua se mudarão, porque assi as podião tomar as outras linguas da nossa como a nossa dellas” (33). Entre estas palavras, Oliveira inclui, no caso do português, também arabismos evidentes como *alfaiate*, *almoxarife*, e até palavras herdadas do latim (cf. 1.3).

<sup>40</sup> “As dições velhas são as que forão usadas mas agora são esquecidas ... e não somete de tão tẽpo, mas tãbẽ antes de nos hũ pouco nossos pays tinhão alghũas palavras que ja não são agora ouvidas, como *cõpẽgar*, que queria dizer comer o pã cõ a outra viada, e *nemichalda*, o qual tanto valia como agora *nemigalha*” (36).

freqüentemente, palavras velhas da língua comum sobrevivem nos dialetos. As *dições novas* são as palavras de datação mais recente que surgem para denominar ‘coisas’ novas e que se difundem junto com as coisas denominadas (37). As *dições usadas* (isto é, correntes) são as palavras que não são reconhecíveis nem como arcaísmos nem como palavras novas, isto é, a maioria das palavras de uma língua.<sup>41</sup> O quarto critério (39) não necessita de maiores explicações. O quinto refere-se à relação de derivação, por exemplo, à relação existente entre **tinta** e **tinteiro**, **velho** e **velhice**. Neste contexto, Oliveira trata brevemente a questão da motivação relativa: as relações de derivação são, a rigor, motivadas extralingüísticamente, porque correspondem às relações entre as ‘coisas’ denominadas.<sup>42</sup>

3.2 O mais interessante neste capítulo é, todavia, a teoria de composição das palavras que Oliveira desenvolve em relação com a sua segunda divisão do vocabulário e de que ele trata um pouco mais detidamente (34-35). Esta teoria se caracteriza pela procura de um critério adequado para a delimitação dos compostos. Inicialmente, Oliveira adota o critério da existência dos componentes como palavras autônomas. Como exemplo disto, tem-se **contrafazer** onde tanto **contra** como **fazer** podem ocorrer isoladamente (30-35). Pelo contrário, isto não acontece no caso de

<sup>41</sup> “As dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizẽ), estas, digo, que todos falão e entendẽ, as quaes são proprias do nosso tẽpo e terra, e quẽ não usa dellas é desentoadado, fora do tom e musica dos nossos homẽs d’agora” (38).

<sup>42</sup> [As *dições tiradas*] “tẽ muita parte assi na cousa como na voz; e, a meu ver, não digamos que foy isto defeito de não acharẽ vocabolos, mas é cõforme a bõa rezão que aja e se guarde a semelhãça das cousas nas vozes e assi são mais claras e dizẽ melhor seus sinificados, porque a diversidade das vozes mostra aver diversidade nas cousas e tabẽ a semelhãça por cõseguite das vozes faz entẽder que as cousas não são diferẽtes” (39).

**fazer**, já que **fa-** e **-zer** não ocorrem como palavras independentes (“porque **fa** por si não diz nada e **zer** tampouco” (34)); por este motivo, **fazer** constitui uma *dição apartada*, uma palavra simples. A delimitação dos componentes *deve*, aliás, referir-se simultaneamente ao significante e ao significado: **amaríamos**, por exemplo, não é composto de **ama** e **riamos**.<sup>43</sup> Este primeiro critério não é, porém, aplicável a todos os casos que Oliveira pretende considerar, pois a possibilidade de análise de um composto, fato para ele essencial, não implica sempre necessariamente a existência autônoma de seus elementos. Por isto, ele renuncia logo a esse critério e, já na definição dos compostos, fala de componentes que “significam ou ‘podem’ significar também isolados” e de “vocábulos ou partes de vocábulos” que se ajuntam.<sup>44</sup> Basta também que um dos componentes exista por si mesmo, se o outro (ou os outros)<sup>45</sup> se pode(m) considerar como palavras virtuais, ou seja, formas às quais é possível atribuir um significado lexical. Assim, por exemplo, no caso de **refazer**, **desfazer**, em

<sup>43</sup> Comparem-se as definições de Nebrija, *Gram. cast.*, II, 6, 1: “Senzillo nombre se llama aquel que no se compone de partes que signifiquen aquello que significa el entero”, “Compuesto nombre es aquel que se compone de partes las cuales significan aquello mismo que significa el entero”.

<sup>44</sup> “As dições apartadas ... são aquellas cujas partes não podê ser dições inteiras” (34). “As dições juntas, a que os latinos chamão cōpostas, são (aquellas) cujas partes apartadas sinificação ou podê sinificar e são dições por si ou partes d’outras dições e que premeiro servião e donde tê seu primeiro e proprio naçimêto... ou as dições jūtas são aquellas e que se ajuntão diversas dições ou suas partes fazêdo hūaso dição” (35).

<sup>45</sup> Oliveira pensa de fato que um composto poderia ser constituído também por mais de dois elementos: “As dições juntas as vezes se ajuntão de duas partes e as vezes de mais; de duas pella mayor parte, como **empedir**, **encolher**; d’mais como **desempedir**, **desencolher**; e as mais não serão mais que tres como aqui são: **des**, e **em**, e **pedir** ou **colher**” (35).

que **re-** e **des-** não ocorrem isolados.<sup>46</sup> Há até *vozes* que só ocorrem nos compostos, como **re-**, **es-**, **des-**, e que por isto originalmente (“de seu nascimento”) são palavras [virtuais] simples.<sup>47</sup> E é mesmo possível que nenhum dos elementos de um composto ocorra isoladamente, como palavra autônoma: este é o caso de **nelhures** e **algures**.<sup>48</sup> O critério finalmente alcançado por Oliveira é, portanto, a ‘*analísabilidade*’ segmental da significação lexical, isto é, a possibilidade de se atribuir significação lexical aos segmentos de uma forma, que podem por isso ser considerados como componentes da significação lexical da forma inteira. Esta ‘*analísabilidade*’ evidencia-se na língua através de equações proporcionais como **con-chegar** / **con-juntar**, **re-fazer** / **des-fazer**, **nelh-ures** / **alg-ures**, independentemente do fato de os componentes ocorrerem ou não isolados, como palavras autônomas. De fato, os exemplos e as análises de Oliveira correspondem a esta interpretação, apesar de que ele em parte siga falando de uma ocorrência autônoma dos componentes. De acordo com isto, **a-correr**, **a-conselhar**, **en-carregar**, **es-guardar** — aos quais a análise é aplicável — são compostos, enquanto **apanhar**, **açoutar**, **ensinar**, **esperar** não o são (35). E a componentes como

<sup>46</sup> “E é **refazer** se ajūtão **re** e mais **fazer**; e em **desfazer** **des** e mais **fazer**; e posto que cada hūa destas partes não sinifique apartada por si, como **re** e **des**, que apartadas não dizê cousa alghūa, abasta que hūa qualquer das partes de cōposição possa sinificar como aqui sinifica **fazer**” (35).

<sup>47</sup> “Alghūas partes ou vozes temos na nossa lingua, as quaes são partes por si, mas não sinificação cousa alghūa, e por tãto não lhe chamaremos partes da oração ou da lingua, como são o nome, e verbo, e outras; mas todavia fazê ajūtameto ou cōposição, porque de seu nascimento ellas são apartadas, mas tê por offício servir sempre em ajūtameto e nūca as achamos fora delle; e são estas as partes **re**, **es** e **des**” (35).

<sup>48</sup> “e cō tudo pera mais abastança se se achar alghūa dição junta cujas partes apartadas nenhūa dellas por si sinifique” (35).

**re-**, **des-**, **com-** poder-se-ia atribuir em cada caso uma significação determinada.<sup>49</sup>

É evidente neste caso a analogia entre a interpretação de Oliveira e certas interpretações modernas dos compostos, principalmente as de Bloomfield e de sua Escola; analogia que vai até ao conflito entre a análise material e a análise semântica e às dificuldades que, por esse conflito, também o moderno estruturalismo tem em casos como o do inglês **cranberry** e mais ainda em outros, como **conceive** — **deceive** — **receive**.

4.0 Como já foi dito no início, Oliveira se ocupa muito brevemente da gramática *stricto sensu* ('Morfo-sintaxe') e a parte que dedica ao verbo é ainda mais curta que a do nome, enquanto a relativa à sintaxe da oração se limita a poucas indicações, pois para isto Oliveira remete a outras obras que ele estaria preparando sobre estes temas. Mas, mesmo nesse tratamento tão sucinto, pode-se notar seu esforço no sentido de se libertar dos esquemas da gramática latina e de delimitar como tais as categorias gramaticais que funcionam em português. E devemos dizer que consegue traçar em poucas páginas uma gramática portuguesa em

<sup>49</sup> "esta parte **re** no ajūtamento tem virtude de acreçētar; e estoūtra **des** tem virtude de desfazer ou diminuir ou fazer o contrário; e ... esta parte **com** significa muitas vezes cōpanhia, cujo exēplo seja **conchegar** e **conjuntar**" (35).

grande parte independente dos modelos latinos.<sup>50</sup>

4.1 Esta relativa independência torna-se evidente na própria concepção da gramática descritiva que Oliveira revela nesta seção da sua obra: ele prescinde explicitamente das definições das categorias gramaticais e se restringe a identificar e a descrever as formas que expressam essas categorias.<sup>51</sup>

4.2 No que diz respeito à matéria deste esboço gramatical, limitamo-nos a apontar alguns aspectos que chamam a atenção

<sup>50</sup> Daí, e — se prescindirmos da influência de Nebrija — na maioria dos casos certamente não como conseqüência de relações diretas, as muitas coincidências entre Oliveira e outros gramáticos da Renascença que, como ele, procuram libertar-se do modelo da gramática latina. Já L. B. Alberti, na sua Gramática escrita em torno de 1450 (mas que só chegou a se imprimir no nosso século), não admite o neutro no italiano e registra declinação de casos somente para alguns pronomes (cf. L. B. Alberti, *La prima grammatica della lingua volgare*, a cura di C. Grayson, Bolonha, 1964, p. 40, 46). Fortunio, Bembo e Trissino também não registram o neutro. Fortunio não fala de casos para o substantivo, só para o pronome. O artigo — se deixamos de lado Alberti que durante tanto tempo ficou desconhecido — é considerado pela primeira vez como parte autônoma do discurso por Nebrija; na Itália, o reconhece como tal Trissino (1529); para o francês, Palsgrave (1530). Em comparação com os melhores entre os primeiros gramáticos da Renascença, percebe-se em muitos dos mais tardios — tanto no séc. XVII como no XVIII — não, como se poderia supor, um progresso mas um retrocesso e uma volta aos moldes latinos. Para isso contribui também a *Grammaire Générale* — apesar dos seus às vezes excelentes enfoques funcionais — com a sua falsamente compreendida 'generalidade'.

<sup>51</sup> "Porque aqui não falamos se não das formas ou figuras das vozes ou dições" (43): "porque do intento desta parte da grammatica que agora tratamos não hé mais que só dar notiçia das vozes, e não difinções ou determinadas declarações das cousas" (44).

no quadro da história da gramática românica. Em primeiro lugar, Oliveira considera o artigo do português como uma parte autónoma do discurso (43). Os casos, no nome, são mantidos apenas como tipos de funções oracionais — todavia, reduzidos a quatro (nominativo, genitivo, dativo, acusativo) e, com uma exceção, designados com novos nomes: prepositivo, possessivo, dativo e pospositivo — e não são considerados categorias morfológicas: só há em português, diz Oliveira, declinação de casos em alguns pronomes (46).<sup>52</sup> As marcas dos casos como funções oracionais são os artigos, por exemplo, no masculino singular: **o**, **do**, **ao**, **o**. Mas as formas do tipo **do**, **ao** não são para ele só marcas de casos mas também combinações de preposição e artigo (por exemplo, numa construção como: **venho do paço**); e o caso com o qual as preposições se constroem em tais expressões é o pospositivo.<sup>53</sup> Os gêneros em português são o masculino, o feminino, o “indeterminado” (por exemplo **isto**) e o comum (por exemplo **maior**, **menor**); não existe o neutro (44). Só se pode falar em declinação do nome, em português, em relação ao gênero e ao número. A declinação de gênero (do tipo: **moço** - **moça**) é variada e não determinável (44). Declinações de número há quatro: formação do plural com **-s** (**moço** - **moços**), com **-es** (**pavês** - **paveses**) com mudança de uma letra (**animal** - **animais**) e com modificação de uma sílaba (**almeirão** - **almeirões**) (45).<sup>54</sup>

<sup>52</sup> Também deste ponto de vista, João de Barros representa um retrocesso diante de Oliveira, pois admite para o substantivo do português os seis casos do latim.

<sup>53</sup> Esta estranha distinção entre ‘marcas de casos’ e ‘preposição + artigo’ é característica de quase toda a gramática românica até o séc. XVIII e em parte até o XIX e é motivo de uma longa série de dificuldades.

<sup>54</sup> Compare-se Nebrija, *Gram. cast.*, III, 6, 4: “Declinacion del nombre no tiene la lengua castellana, salvo del numero de uno al numero de muchos, pero la significacion delos casos distingue por preposiciones. Assi que puedense reduzir todos los nombres a tres formas de declinacion”.

Oliveira indica ainda a particularidade dos nomes em **-ão** de apresentarem três diferentes formas de plural (**grão** - **grãos**, mas: **melão** - **melões**, **cão** - **cães**) e mostra que isso remonta à diversidade das formas antigas do singular: no português arcaico esses nomes terminavam em **-ão**, **-õ**, **-ã** e esta diversidade permaneceu apenas no plural.<sup>55</sup> Para o verbo português, Oliveira só registra uma voz (47) e três conjugações (os tipos: **falar**, **fazer**, **ouvir**).<sup>56</sup>

5.1 No princípio assinalamos que Oliveira, pelo menos intuitivamente, distingue entre os níveis de estruturação de cada língua que nós chamamos *sistema* e *norma*, quer dizer, entre o nível das oposições funcionais e das suas realizações tradicionais<sup>57</sup>, e que ele aplica várias vezes esta distinção na sua *praxis* descritiva. Já na sua interpretação do [i] e do [u] átonos, pode-se falar desta distinção, pois Oliveira adota para o sistema lingüístico do português /e/ e /o/, apesar de saber que na norma de realização se trata de [i] e [u] (cf. 2.6). Muito mais clara se mostra esta mesma intuição de Oliveira no domínio da morfologia gramatical e lexical, especialmente na sua concepção da ‘analogia’.

<sup>55</sup> “Os outros nomes que fazem o plural em **ãos**, como **cidadãos**, **cortesãos**, assi teverão sempre o seu singular acabado e **ão**, como agora tẽ: **cidadão**, **cortesão**; estes guardão sua antiguidade em tudo, e aquelloutros só no plural” (45).

<sup>56</sup> Cf., no mesmo sentido, para o espanhol, Nebrija, *Gram. cast.*, III, 10, 9. Neste caso, João de Barros não segue “o sistema inaugurado por Trissino” (que, aliás, não foi quem o ‘inaugurou’), como supõe Carvalhão Buescu, *op. cit.* p. 331, mas outra vez só Nebrija e Oliveira.

<sup>57</sup> Para essa distinção, cf. nosso estudo *Sistema, norma y habla*. Montevideo, 1952, agora incluído em *Teoria del lenguaje y lingüística general*<sup>3</sup>. Madrid, 1973; em tradução portuguesa em: *Teoria da linguagem e lingüística geral*<sup>2</sup>. Rio de Janeiro, 1987.

5.2 O ponto de partida de Oliveira é, neste caso, a distinção de Varrão entre *derivatio naturalis* e *derivatio voluntaria*<sup>58</sup> e a oposição — interpretada como paralela a esta distinção — entre analogia e anomalia (regularidade — irregularidade)<sup>59</sup>; e, como Varrão, ele entende por *declinação* neste contexto a flexão e a derivação. Também seus exemplos de *declinação voluntária* e de *anomalias* desta são semelhantes aos de Varrão. Ele observa que em diferentes derivações em si mesmas equivalentes há preferência por determinadas formas, diferentes de caso para caso: de **sarna** tem-se **sarnoso** e não **sarnento**; de **sarapulhas**, entretanto, **sarapulhento** e não **sarapulhoso**; e de **pó** não se tem nem **pooso** nem **poento** mas **empoado**<sup>60</sup>; de uma mulher se diz **pescadeira**, de uma barca, ao contrário, diz-se **pescaresa**. O substantivo do verbo **orar** é **oração** mas o de **amar** é **amor** (41; mas cf. mais adiante). Apesar da semelhança na maneira de encarar os problemas, parece-nos, porém, que Oliveira vai além de Varrão, pois ele não se limita a estabelecer analogias e anomalias do uso lingüístico, mas concebe a língua também como sistema de possibilidades que, no uso concreto, se realizam com restrições. É verdade que também Varrão fala de regularidades não realizadas (“analogia quae in consuetudine non est”), mas ele considera a analogia e a anomalia como dois procedimentos concorrentes do mesmo nível do uso lingüístico. As ana-

<sup>58</sup> *De ling. Lat.*, VIII, 21-22: “Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit. ... Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a communi consensu”.

<sup>59</sup> O próprio Varrão apresenta aliás a analogia e a anomalia como em certo sentido correspondentes às suas duas declinações: na *declinatio voluntaria* encontra-se sobretudo a anomalia e na *declinatio naturalis*, a analogia (*De ling. Lat.*, VIII, 23).

<sup>60</sup> No português atual, **sarnento** e **poento** são, porém, inteiramente correntes.

logias não respeitadas, que dá como exemplos de irregularidades, são, em cada caso, proporções particulares do tipo: **vinum - vinaria/ caro - \*carnaria; ovis - ovile/ avis - \*avile; canto - cantitans/ amo - \*amitans**. Além disso, Varrão tende a considerar a derivação como domínio da irregularidade e a flexão, como o da regularidade; e rejeita expressamente as regularidades contrárias ao uso.<sup>61</sup> A atitude de Oliveira é diferente, pois ele encara regras e realizações como pertencentes a planos diferentes. Oliveira não considera a analogia e anomalia procedimentos equivalentes, pois a língua é para ele, antes de tudo, um sistema de regularidades. O adjetivo ‘natural’ — na expressão *declinatio naturalis* — que aplica às regras, ele o interpreta de fato no sentido de que as regras correspondem à “natureza da língua”.<sup>62</sup> Também a derivação é para ele menos arbitrária do que se poderia supor, pois deve ser adequada (“conforme”) à melodia da língua (41). Vários casos de derivação seguem, aliás, determinadas “regras” ou “leis de formação” (41-42) e pertencem, por isso, no seu entender, à *declinação natural*; assim são em português a formação dos diminutivos em **-inho**, a dos aumentativos em **-az** ou **-ão**, a dos nomes de agente em **-dor**. E até para procedimentos derivativos limitados, poder-se-iam admitir modelos gerais. Assim, a formação em **-eiro**, para nomes de “ofícios mecânicos” (**pedreiro, carpinteiro, sapateiro**), corresponde a uma regra geral, apesar dos contra-exemplos como **alfaiate** e **ferrador**; e o tipo **sapateiro - sapataria** é regular, apesar de **telheiro - telheira**. Também a inexistência de certas formas regulares — ou seja, a sua não realização no uso da língua — ganha nesta perspectiva um novo sentido. Esta inexistência pode

<sup>61</sup> *De ling. Lat.*, VIII, 33ff., 54, 55, 60.

<sup>62</sup> “As quae [regras], porque aqui são mais gerais e compreendem mais, chamamos-lhe naturales; e de feito pareçẽ ser mais proprias e consoãtes à natureza da lingua” (42).

ser simplesmente casual: pode corresponder a lacunas na realização do sistema; assim no caso dos advérbios em **-mente**, no qual, como ele observa, certos advérbios (**raramente, prestesmente**) não se usam ou não se usam mais. Em outros casos, certas possibilidades podem não apresentar-se como realizadas porque seu lugar na norma da língua já está ocupado. Assim, segundo Oliveira, a formação em **-ção** de substantivos derivados de verbos (tipo: **orar - oração**) obedece a uma regra geral, mas essa regra não poderia ser aplicada a todos os verbos; não é, por exemplo, aplicável a **amar**, cujo substantivo correspondente é **amor** (42). Para Oliveira, estas regras da língua são válidas como regras mesmo quando, em alguns casos particulares, não se aplicam, pois a sua não aplicação não as anula. Conseqüentemente, elas podem ser consideradas válidas também para formas virtuais que, no uso lingüístico, não existem; e certas formas não 'normais' podem até ser consideradas como as lingüisticamente corretas. Depois de ter formulado a regra dos gentílicos em **-ão** (como **africão, indião**) que, em geral, formam o plural em **-ãos** (apesar de contra-exemplos como: **alemão - alemães ; bretão - bretões**), Oliveira observa que se diria também **romãos, italiãos, valenciãos**, se houvesse a forma singular correspondente<sup>63</sup>, e formar-se-ia também o plural **castelãos**, de **castelão**, se este singular existisse ("se o ouvesse no mundo") (45). Com argumentação semelhante, Oliveira considera **el-rei** (justamente a forma "normal" para designar o rei de Portugal) como forma não portuguesa: quando os espanhóis, ao imitarem os portugueses, em lugar de **el-rei de Portugal** dizem **o rei de Portugal**, com a convicção de que isto é 'mais português', não

<sup>63</sup> "e se fosse em costume também diríamos **Romão - Romãos, Itião - Italiãos, Valencião - Valenciãos**" (45). Isto não acontece porque as formas 'normais' do singular são, em português, nestes casos, **romano, italiano, valenciano** (hoje, aliás, também **africano, indiano** e não as formas dadas por Oliveira **africão, indião**).

se enganam, pois realmente não é **el-rei** e sim **o rei** que corresponde à natureza da língua.<sup>64</sup>

6.0 Já na prática descritiva de Oliveira e na sua fundamentação, transparece, pois, uma concepção lingüística notavelmente independente e coerente. Mas ele se pronuncia também expressamente sobre diversos problemas da teoria lingüística geral e de teoria das línguas, e sempre com pontos de vista interessantes e com freqüência muito originais. As suas teses teóricas mais importantes dizem respeito: a) à natureza da linguagem e das línguas; b) à mudança lingüística; c) à variedade da língua histórica.

6.1.1 Para Oliveira, a linguagem, sendo atributo das "almas racionais" (cf. nota 67), é um fenômeno espiritual; na sua realização, ela é, entretanto, determinada biologicamente pelas 'leis do corpo'<sup>65</sup>; daí, talvez, seu interesse pela fisiologia dos sons e até por hábitos de realização, como o ritmo da fala.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> "para que seja o **rey** mais nosso dizer que **el-rey**, ajuda-me muito o natural da nossa língua, o qual imitam os castelhanos quando nos querem arremedar dizêdo 'Manda o rey de Portugal', e não dizê 'Manda el-rey de Portugal', que a elles era mais proprio dizer, mas isto fazem, cuidãdo que assi falão mais portugueses; e de feito não se enganão" (43).

<sup>65</sup> "Porê não é tã espiritual a lingua que não seja obrigada às leys do corpo" (1). O corpo é, por sua vez, condicionado pelo ambiente ("as condições do ceo e terra"). É a esse condicionamento biológico e indiretamente ecológico que Oliveira queria reduzir as diferenças entre as línguas, no domínio fônico (ibid.).

<sup>66</sup> Cf. as suas afirmações a respeito do ritmo da fala em português (que, contudo, já não valem para o português europeu atual): "e outras nações cortão vozes apressando-sse mays em seu falar, mas nos falamos com grande repouso como homens assentados" (1). Cf. também a sua observação sobre a maneira de falar dos espanhóis e dos portugueses (7).

6.1.2 A linguagem em geral, ou, melhor, a faculdade lingüística — faculdade de falar e de entender — é considerada por Oliveira como um dom de Deus, isto é, como dada por natureza.<sup>67</sup> Uma língua determinada é, porém, obra humana (“Os homens fazem a língua, e não a língua, os homens”) e, por isso, a sua configuração depende do desenvolvimento cultural dos homens.<sup>68</sup> Nesse sentido, uma língua histórica é *usus*, instituição tradicional (“costume”)<sup>69</sup>; e as regras de uma língua são regras e leis do “costume”, isto é, normas sociais e históricas.<sup>70</sup> Conseqüentemente, a gramática é na sua essência descritiva, não normativa; a sua tarefa é simplesmente registrar o costume e não lhe impor regras. Como tal, ela não implica nenhuma restrição à liberdade dos falantes mas também não pode ensinar nada novo àqueles que já dominam a língua.<sup>71</sup> A gramática [de uma língua nacional] deve, entretanto, registrar o “bom costume”, isto é, descre-

<sup>67</sup> “esta [capacidade lingüística] só é hū meyo que Deus quis dar as almas raçãoaes para se poderē comunicar antre si e com o qual, sendo spirituaes, são sentidas dos corpos” (1).

<sup>68</sup> “E não desconfiemos da nossa lingua, porque os homēs fazem a lingua, e não a lingoa os homēs. E é manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras e os homēs as poserão na perfeição que agora tem” (4).

<sup>69</sup> Este conceito, com referência à lingua, aparece na gramática de Oliveira, várias vezes.

<sup>70</sup> “As regras ou leys que digo são como disse anotações do bō costume” (42).

<sup>71</sup> “ca esta arte de grammatica em todas as suas partes, e muito mais nesta da analogia, é resguardo e anotação d’esse costume e uso, tomada despois que os homēs soberão falar, e não lei posta que os tire da boa liberdade quando é bē regida e ordenada por seu saber; nē é divinidadade mādada do çeo que nos possa de novo ensinar o que já temos e é nosso” (41).

ver a forma ‘exemplar’ desta língua, o que também Oliveira se propõe com a sua obra.<sup>72</sup> A língua padrão, entre cujas qualidades Oliveira inclui a clareza e a inteligibilidade geral, não é para ele a língua da Corte ou a da capital mas a língua dos que falam ‘melhor’. E estes são aqueles que se distinguem pela cultura e pela experiência de vida e que têm consciência da tradição.<sup>73</sup>

6.2 A mudança lingüística, ao contrário de tantos outros teóricos do Renascimento, Oliveira não a considera ‘corrupção’; encara-a, como Varrão e Dante, como algo natural da língua, isto é, algo intrínseco à sua essência. Referindo-se a Varrão, ele, por um lado, a explica como Dante<sup>74</sup>, de maneira geral, pela mutabilidade de tudo o que é humano, de todas as instituições humanas<sup>75</sup>; por outro, ele vai além desta explicação genérica e relaciona a mudança lingüística com a função básica da língua: como expressão do pensamento e meio de comunicação, a língua muda adaptando-se às formas do pensar e às relações recíprocas

<sup>72</sup> “eu não presumo ensinar aos que mays sabem, mas notarey o seu bō costume” (Prefácio). Compare-se também a citação na nota 70.

<sup>73</sup> “a primeira e principal virtude da lingua é ser clara e que a possão todos entender, e pera ser bem entēdida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della; e os milhores da lingua são os que mais lerão e virão, e viverão continoando mais antre primores, sisudos e assentados e não amigos de muita mudança” (38).

<sup>74</sup> Cf. *De vulgari eloquentia*, I, 9, 6: [Cum] homo sit instabilissimum atque variabilissimum animal, nec durabilis nec continua esse potest [loquela], sed sicut alia quae nostra sunt, puta mores et habitus, per locorum temporumque distantias variari oportet”.

<sup>75</sup> “porque tãbē o falar tem seu movimēto, diz Marco Varrão, e muda-sse quando e como quer o costume” (45).



("tratos") dos homens.<sup>76</sup>

6.3 Como Dante, mais de duzentos anos antes dele, e como seu contemporâneo Bovillus, Oliveira assinala repetidamente a variedade, isto é, a diversificação interna da língua histórica. Nas suas considerações a esse respeito, Oliveira é, porém, mais completo que Dante e Bovillus e, sobretudo, muito mais preciso que este último.<sup>77</sup> Ele não se contenta em estabelecer diferenças diacrônicas e 'diatópicas' (diferenças no tempo e no espaço), mas acentua também, expressamente, a diversidade social do falar e da língua e chega mesmo a assinalar, pelo menos no âmbito do vocabulário, a existência de 'línguas especiais'. "Cada um fala como quem é"<sup>78</sup>, "os homens falam do que fazem" e, por isto, os grupos e as camadas sociais não falam da mesma forma.<sup>79</sup>

<sup>76</sup> "e muy poucas [são] as cousas que durão por todas ou muitas idades em hũ estado, quanto mais as falas que sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juyzos e tratos dos homẽs; e esses homẽs entendem, julgão e tratão por diversas vias e muytas, as vezes segundo quer a neçessidade e as vezes segundo pedem as inclinações naturaes" (36).

<sup>77</sup> A originalidade e a precisão dessas observações de Oliveira foram justamente ressaltadas por S. da Silva Neto, *op. cit.* p. 489-491. Dante (*De vulgari eloquentia*, I, 9, 4 e I, 9, 7) limita-se nas suas observações — aliás, muito perspicazes — às diferenciações espacial e temporal da língua, e Bovillus (*op. cit.*, cap. 16 e 48-49), apesar do título da sua obra, só se refere à variedade espacial e não separa a diferenciação interna da língua histórica da variedade das línguas em um dado espaço: a sua *varietas Gallici sermonis* é para ele não só uma diferenciação do francês mas ao mesmo tempo a diversidade das línguas faladas na França.

<sup>78</sup> "Cada hũ fala como quẽ é" (1).

<sup>79</sup> "os homẽs falão do que fazẽ, e por tanto os aldeãos não sabẽ as falas da corte, e os çapateiros não são entendidos na arte de marear nẽ os lavradores d'Antre Douro e Minho entendem as novas vozes que est'ano vierão de Tunes com suas gorras" (32).

Oliveira divide, por conseguinte, as suas *dições usadas* (cf. 3.1) em *gerais* (isto é, comuns a todos os falantes da língua) e *particulares*. Estas últimas variam de acordo com as regiões e os grupos sociais, pois, como cada região, também cada grupo social — cavaleiros, camponeses, cortesãos, clérigos, artesãos, comerciantes — têm suas palavras especiais.<sup>80</sup>

7.0 Em conclusão, podemos afirmar, creio, que Oliveira merece um lugar de considerável destaque na história da lingüística românica e na da lingüística em geral. Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais (em certo sentido o mais original) e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na România. As suas idéias na lexicologia e naquilo que hoje se chamaria 'sociolingüística' são notáveis e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na lingüística descritiva é a de um grande precursor. Dada a originalidade das suas idéias, só podemos lamentar que ele não tenha

<sup>80</sup> "e porẽ de todas ellas [são consideradas as *dições usadas*], ou são 'geraes' a todos, como **Deus, pão, vinho, çeo, e terra**, ou são 'particulares'. E esta particularidade ou se faz ãtre offiços e tratos, como os cavaleiros que tẽ hũs vocabolos, e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercaderes outros; ou se faz ã terras esta particularidade, porque os da Beira tem hũas falas e os d'Alentejo outras e os homẽs da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho, porque, assi como os tẽpos, assi tãbẽ as terras crião diversas cõdições e cõceitos (38).

chegado a escrever as outras obras (sobre a teoria gramatical, sobre o verbo e sobre a sintaxe oracional) que declara projetadas ou já começadas (Prefácio, 43, 46, 48, 49) e a que parece aludir várias vezes na sua gramática (35, 44, 47). Ou, se as escreveu, é pena elas não terem sido conservadas.